

1 ATA DA XV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS 2 HÍDRICOS - CNRH

3 **Abertura** - Às nove horas e trinta e oito minutos do dia dois de junho de 2006, no Auditório
4 Avelino Costalonga - CODEVASF – Brasília/DF, instalou-se a XV Reunião Ordinária do
5 Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA),
6 Secretário Executivo do CNRH, iniciou os trabalhos desejando bom dia e externando sua
7 satisfação em receber a todos. A seguir, justificou a ausência da Sra. Marina Silva, Ministra de
8 Estado do Meio Ambiente e Presidente do CNRH, e do Sr. Cláudio Roberto Bertoldo Langone,
9 Secretario Executivo do Ministério do Meio Ambiente, que infelizmente não puderam
10 comparecer por compromissos de viagem. O Secretário Executivo do CNRH, em seu
11 pronunciamento inicial, compartilhou informações quanto à nova composição do CNRH.
12 Relembrou o processo eletivo para o período 2006-2009 para os segmentos usuários e da
13 sociedade civil. Destacou que os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, em sua Assembléia
14 ocorrida no dia 26 de abril de 2006, teriam decidido pela não indicação de seus representantes, o
15 que fora reiterado durante a segunda reunião, ocorrida no dia 25 de maio, ocasião que teriam se
16 comprometido a participar da próxima reunião do CNRH, já com a indicação de seus membros
17 de acordo com o Decreto nº 4.613, de 2003, em vigor. Disse que eles teriam concordado com a
18 não paralisação das CTs e que, antes de mais nada, teriam reconhecido a legitimidade e a
19 importância do Plenário do CNRH e, portanto, compreendido as justificativas da não inclusão
20 das indicações do segmento na Portaria nº 36, de 03 de maio de 2006. Dito isso, o Sr. João Bosco
21 Senra (SRH/MMA) lamentou a ausência dos conselheiros indicados pelos CERHs, considerando
22 suas contribuições, contudo outorgou direito a voz aos participantes desse segmento que
23 estivessem presentes. Ratificou o seu posicionamento quanto a importância do CNRH dar
24 continuidade aos seus trabalhos, a partir da responsabilidade do MMA e da Secretaria Executiva
25 de manter o SINGREH em atividade. Nesse momento o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)
26 convidou o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, da Secretaria Executiva do CNRH, para auxiliar nos
27 trabalhos de condução da reunião e também compor a mesa. Solicitou então ao Sr. Luiz Cláudio
28 Figueiredo (SRH/MMA) que verificasse o quorum do plenário, que foi confirmado em número
29 suficiente para o início dos trabalhos deliberativos. Foram lidos os informes e os procedimentos
30 regimentais. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) convidou então o Sr. Gustavo Trindade
31 (CONJUR/MMA), Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente, para compor a mesa e
32 registrou a presença do Sr. Silvio Botelho, Diretor da Secretaria Executiva do MMA,
33 representante do Secretário Executivo, Sr. Cláudio Roberto Bertoldo Langone. Informou que
34 fora solicitada consulta por parte de conselheiro representante dos usuários sobre a questão da
35 legalidade de se instalar essa Reunião, considerando a ausência dos CERHs, tendo sido pedido
36 que a CONJUR se manifestasse. O Sr. Gustavo Trindade (CONJUR/MMA) cumprimentou a
37 todos e ponderou sobre o entendimento no âmbito da CONJUR/MMA da legalidade das reuniões
38 do CNRH, mesmo com a não indicação dos CERHs, o que fora oportunamente discutido na 84ª
39 Reunião da CTIL. Informou que essa discussão se dera fundamentalmente com base na
40 legalidade do funcionamento do CNRH a partir da ausência dos CERHs, sendo trazido o
41 argumento de desrespeito ao Parágrafo único, art. 34, da Lei nº 9.433, de 1997: “o número de
42 representantes do Poder Executivo Federal não poderá exceder à metade mais um do total dos
43 membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos”. Para a defesa, ponderou sobre a
44 observância desse parágrafo no estabelecido pelo Decreto nº 4.613, de 2003, que regulamenta a
45 composição do Conselho, indicando a composição do CNRH com um total de 57 membros,
46 sendo 29 do Governo Federal e 28 dos demais membros, proporção que obedeceria à Lei nº
47 9.433, de 1997. Indicou que a aprovação da Moção CNRH nº 36, que solicita a ampliação da
48 composição do CNRH, teria originado uma minuta de Decreto encaminhada para análise da Casa
49 Civil, fato que não bloquearia a continuidade dos debates e a aprovação de deliberações do
50 CNRH. Dito isso, informou que, pelo entendimento da CONJUR/MMA, a representação
51 paritária do CNRH estaria garantida pelo Decreto nº 4.613, de 2003, considerando-se então que o
52 funcionamento desse Conselho seria legal. Disse que essa forma de manifestação utilizada pelos
53 CERHs seria política e teria o intuito de pressionar a publicação desse novo Decreto visando a
54 ampliação de sua representação. Para esclarecimento da questão, considerando a argumentação

55 apresentada. lembrou que bastaria um membro não indicar seu representante para que o CNRH
56 não pudesse se reunir. Concluindo, ratificou o posicionamento da CONJUR/MMA que o
57 funcionamento do CNRH estaria de acordo com o disposto na Lei nº 9.433, de 1997, visto que a
58 sua composição seria dada pelo Decreto nº 4.613, de 2003, que garante a participação dos vários
59 segmentos nesse Conselho. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) agradeceu pelos
60 esclarecimentos apresentados pelo Sr. Gustavo Trindade (CONJUR/MMA) e prosseguiu com a
61 reunião, passando à posse dos novos membros do CNRH presentes à reunião, que já haviam
62 assinado seus termos de posse: Ministério da Justiça: titular, Byron Preste Costa; Prestadores de
63 Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: titular, Maria Arlete Rosa;
64 Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas: titular, Dalto
65 Fávero Brochi; Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: titular, Ingrid Illich Müller;
66 Irrigantes: titular, Jairo dos Santos Lousa; Organizações Não Governamentais: titular João
67 Clímaco Soares de Mendonça; Ministério da Saúde: titular, Johnny Ferreira dos Santos;
68 Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: titular, José Eduardo Costanzo;
69 Ministério da Educação: titular, José Leitão de Albuquerque Filho; Ministério do Meio Ambiente
70 – ANA: titular, José Machado; Ministério do Meio Ambiente – SRH: titular, Julio Thadeu Silva
71 Kettelhut; Ministério da Defesa: titular, Marco Aurélio Guimarães; Ministério do Planejamento,
72 Orçamento e Gestão: titular, Mauro Ceza Nogueira do Nascimento; Organizações Não
73 Governamentais: titular, Ninon Machado de Faria Leme Franco; Ministério da Defesa: suplente,
74 Antônio Joaquim Gonçalves Moreira; Ministério de Minas e Energia: suplente, Eduardo de
75 Freitas Madeira; Ministério da Fazenda: suplente, Eugênio Messer Rybalowsky; Organizações
76 Técnicas de Ensino e Pesquisa: suplente, Francisco José Lobato da Costa; Ministério da Ciência
77 e Tecnologia: suplente, Helena Luna Ferreira; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:
78 suplente, Gerson Ricardo Narciso; Ministério de Minas e Energia: suplente, Gualter de Carvalho
79 Mendes; Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: suplente, Isabella Lieberenz
80 Camilo; Hidroviários: suplente, Josenir Gonçalves Nascimento; Organizações Não
81 Governamentais: suplente, Laura Jesus de Moura e Costa; Irrigantes: suplente, Lincoln Corrêa
82 Curado; Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: suplente, Luiz Fernando de Abreu Cybis;
83 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: suplente, Luiz Novaes de Almeida;
84 Ministério da Integração Nacional: suplente, João Lúcio Farias de Oliveira; Prestadoras de
85 Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: suplente, Maria Helena
86 Alves; Ministério do Meio Ambiente – SRH: suplente, Márley Caetano de Mendonça; Indústrias:
87 suplente, Maurício Otávio Mendonça Jorge; Ministério do Meio Ambiente – ANA: suplente,
88 Oscar de Moraes Cordeiro Netto; Ministério da Integração Nacional: suplente, Rogério de Abreu
89 Menescal; Ministério de Ciência e Tecnologia: suplente, Sanderson Alberto Medeiros Leitão;
90 Organizações Não Governamentais: suplente, Theresa Christina da Silva Pereira Castro;
91 Ministério das Cidades: suplente, Valdemar Ferreira Araújo Filho; Organizações Técnicas de
92 Ensino e Pesquisa: titular, Anna Virgínia Muniz Machado; Ministério dos Transportes: titular,
93 Luiz Eduardo Garcia. Terminada a leitura, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) declarou
94 empossados os novos conselheiros, saudando-os e informando dos desafios do CNRH, com
95 destaque para a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. A seguir, indagou se
96 existiria alguma matéria de urgência. Preliminarmente, informou a retirada dos itens 2.3 e 2.4 da
97 pauta, por não terem sido apreciados no âmbito da CTIL. Não havendo matéria de urgência,
98 retornou então a palavra ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) para leitura da nova
99 Ordem do Dia: Item 1 - Aprovação da Ata da XVIII Reunião Extraordinária do CNRH; Item 2 –
100 Deliberação sobre propostas de Resolução que: 2.1 – Dispõe sobre a prorrogação do prazo da
101 delegação à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para
102 o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da bacia hidrográfica do rio
103 Paraíba do Sul; 2.2 – Dispõe sobre a manutenção dos mecanismos e valores atuais de cobrança
104 pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul; 2.3 – Aprova o
105 Programa de Trabalho e respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH,
106 para o exercício de 2007; Item 3 – Deliberação sobre proposta de Moção que recomenda
107 identificação das bacias hidrográficas nas placas rodoviárias indicativas de cursos de água; Item
108 4 – Apresentações: 4.1 – “Indicador de Qualidade dos Usos da Água – IQUA” – Prof. Luiz

109 Renato D’agostini – Universidade Federal de Santa Catarina; 4.2 – “Programa de Revitalização
110 do Rio São Francisco” – Sr. Maurício Laxe – Ministério do Meio Ambiente. O Sr. João Bosco
111 Senra (SRH/MMA) submeteu então ao Plenário a nova Ordem do Dia desta reunião, a qual foi
112 aprovada. Dando continuidade aos trabalhos, passou então ao **Item 1: Aprovação da Ata da**
113 **XVIII Reunião Extraordinária do CNRH**. A Conselheira Ninon Machado (ONGs), propôs
114 complementações de ordem explicativa na linha 56 do documento, na seguinte forma: "tendo em
115 vista sua legitimação na medida em que de direito e de fato estiverem em atividade e
116 demonstrarem efetivo interesse em participar do CNRH". Ainda registrou os cumprimentos à
117 Secretaria Executiva pela qualidade da ata. Não havendo mais manifestações, o Sr. João Bosco
118 Senra (SRH/MMA) colocou a aprovação da ata em votação, o que ocorreu com as
119 complementações sugeridas. Antes de passar para o próximo item de pauta, deu posse a outros
120 novos conselheiros: Indústrias: titular, Mauro Ribeiro Viegas; e, Hidroviários: titular, Hernani
121 Goulart Fortuna. **Item 2.1: Proposta de Resolução que dispõe sobre a prorrogação do prazo da**
122 **delegação à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul**
123 **para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da bacia hidrográfica do**
124 **rio Paraíba do Sul (Anexo 1)**. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) passou a palavra ao
125 Conselheiro Oscar Cordeiro Netto (MMA/ANA) para encaminhar a matéria. O Conselheiro
126 cumprimentou a todos e passou a palavra ao Sr. Wilde Cardoso Gontijo (ANA) para apresentar a
127 matéria (**Anexo 2**). O Sr. Wilde Gontijo (ANA), coordenador da comissão criada na ANA para
128 acompanhar a execução dos contratos de gestão, informou dos dois contratos de gestão
129 existentes: um com a AGEVAP e outro com o consórcio PCJ. Norteou sua apresentação a partir
130 das atividades do contrato de gestão com a AGEVAP, desde o seu início até o presente
131 momento. Apresentou as arrecadações e repasses de recursos já ocorridos para a AGEVAP e
132 informou que as diferenças dos valores apresentados não desrespeitavam o previsto na Lei nº
133 10.881, de 2004, mas que teriam ocorrido devido a questões operacionais de data de vencimento.
134 Destacou duas questões fundamentais que ocorreram no 1º semestre do ano de 2006: a primeira,
135 com relação ao vencimento deste contrato de 2 anos, a contar da delegação do CNRH ocorrida
136 em 26 de março de 2004, com o vencimento acontecido em 25 de março de 2006; a segunda,
137 relacionada com as atividades da entidade delegatária não poderem ser descontinuadas, por isso
138 o CEIVAP, em 16 de fevereiro de 2006, teria deliberado pela continuidade das atividades da
139 AGEVAP. A partir dessa deliberação do Comitê, disse, a ANA procedeu à prorrogação do
140 contrato de gestão, ficando impedida de efetuar os repasses dos recursos já que seria necessária a
141 manifestação desse Conselho. Salientou que a AGEVAP exerceria as funções de entidade
142 delegatária da agência de bacia até a sua criação, tendo conseguido realizar todas as atividades
143 previstas na Lei nº 9.433, de 1997, com exceção da arrecadação que está sendo feita pela ANA,
144 bem como o repasse desses valores, e que tem conseguido se manter com o percentual
145 determinado pela mesma Lei, ou seja, 7,5% da arrecadação. Informou que inclusive os bens da
146 AGEVAP teriam sido cedidos pela ANA e que a mesma, apesar de ser uma entidade civil,
147 estaria sujeita às normas elaboradas pela ANA. Apontou que esse modelo experimentado durante
148 os dois últimos teria levado a ANA a se estruturar para que o exercício das funções da AGEVAP
149 pudesse ser estabelecido, proporcionando a proposta de criação da fonte 116 que permitira maior
150 transparência à arrecadação de recursos que por meio da Lei nº 10.881, de 2004, e aos
151 procedimentos do governo federal para o repasse de recursos. Informou que se encontravam na
152 página eletrônica da ANA todas as informações sobre as citadas arrecadação e transferência de
153 recursos. Indicou a necessidade da delegação do CNRH para o prazo de 10 anos, numa
154 perspectiva de médio prazo, o que seria coincidente com a periodicidade de planejamento. Por
155 fim, informou que caso o CNRH fosse favorável à prorrogação de delegação, ocorreria em junho
156 uma oficina interna no CEIVAP para avaliação e consolidação de conceitos visando a eficácia e
157 a eficiência dos novos indicadores. Terminada a apresentação, o Sr. João Bosco Senra
158 (SRH/MMA) encaminhou a discussão da matéria. O Conselheiro José Machado (MMA/ANA)
159 cumprimentou todos novos conselheiros pela posse. Reafirmou a visão da ANA sobre esse
160 contrato de gestão e o papel da AGEVAP. Comentou sobre a boa interlocução que a ANA
161 possuiria com o CEIVAP e a AGEVAP, com destaque para o contato técnico e institucional,
162 sendo um rico laboratório nas perspectivas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos

163 Hídricos e da implementação dos instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos
164 Hídricos. Disse que a AGEVAP viria demonstrando uma capacidade de trabalho, espírito
165 público e de compromisso extraordinários. Portanto, e pelos fatos citados na apresentação, pedira
166 a palavra para enaltecer e pedir a celebração da prorrogação desse contrato de gestão, pela
167 demonstração de uma experiência válida, rica e importante face ao novo contrato de gestão da
168 ANA com a entidade delegatária no âmbito do Comitê PCJ. Finalizando rogou ao Plenário que
169 aprovasse a prorrogação do prazo do contrato de gestão. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)
170 agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Francisco Lobato (Organizações técnicas de ensino
171 e pesquisa). O Conselheiro apresentou duas observações: uma, referente ao trabalho em
172 desenvolvimento junto à COOPE/UFRJ em apoio a revisão do plano da bacia do rio Paraíba do
173 Sul e, portanto, em apoio a renovação do contrato de gestão, registrando a riqueza que estaria
174 sendo esse processo de mútuo aprendizado entre o CEIVAP, os técnicos da AGEVAP e da ANA
175 e o avanço na relação entre a ANA e uma entidade civil de direito privado como a AGEVAP,
176 além do ajustamento dos processos burocráticos, que seriam inerentes ao setor público, mas que
177 deveriam ser passados com maior flexibilidade para as entidades de direito privado; a segunda,
178 de afirmação da questão conceitual quanto à consciência de que a qualidade do meio ambiente
179 seria socialmente construída, não sendo uma construção unilateral do Estado, mas do conjunto de
180 atores sociais, necessitando, portanto, de modelos institucionais de gestão compartilhada, o que
181 não existiria no Brasil. Finalizando, registrou a importância desse processo construtivo. Foi então
182 cedida a palavra à Conselheira Patrícia Boson (Indústrias) que, na condição de membro do
183 CEIVAP, ratificou a importância das deliberações apresentadas, ressaltando que, como membro
184 do CNRH e engajada na luta pelo fortalecimento do SINGREH e outras gestões públicas, não
185 poderia deixar de comentar sobre a ausência dos Estados. Disse ainda que, na condição de
186 membro do CONAMA, delineava a diferença entre esses Conselhos como sendo abissal em
187 termo de processos racionais, democráticos e organizacionais, sendo o SINGREH um maior
188 catalisador de ações concretas quando comparado ao SISNAMA. Por essas características
189 evidenciadas, a Conselheira apresentou seu desconforto e tristeza pela realização desta Reunião
190 sem a representação dos CERHs. Informou que o CEIVAP possuiria representantes de 3 Estados,
191 e que, considerando que uma bacia de rio de domínio da União seria normalmente formada por
192 rios de domínio estadual, haveria a necessidade da participação destes na gestão da bacia, uma
193 vez que a validação das obrigações elaboradas pelo Comitê seriam aplicadas pelos Estados. Pelas
194 justificativas apresentadas, ponderou sobre a dificuldade de se deliberar em um Plenário do
195 CNRH sem a participação formal dos Estados. Aproveitou para solicitar à SRH/MMA, na
196 condição de Secretaria Executiva do CNRH: a apresentação de um parecer jurídico da
197 CONJUR/MMA, por escrito, apresentado as justificativas e a legalidade desse processo; a
198 explicação formal do porquê da apresentação da proposta de Decreto, tantas vezes indicado pelo
199 segmento indústrias como inoportuno devido a mudança de mandato; e, finalizando, a solicitação
200 que a SRH/MMA persistisse na luta de incorporar novamente ao CNRH a representação dos
201 CERHs. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), esclarecendo sobre as solicitações da
202 Conselheira, informou que no início da reunião, antes de sua chegada, tais esclarecimentos foram
203 prestados pela sua pessoa e pelo Sr. Gustavo Trindade (CONJUR/MMA). Por pedido da
204 Conselheira Patrícia Boson (Indústrias), foi franqueada a palavra à Sra. Maria Luíza Werneck,
205 que manifestou sua opinião contrária as justificativas apresentadas pelo Sr. Gustavo Trindade
206 (CONJUR/MMA). Iniciou citando o art. 21, inciso XIX, da CF-1988, que estabeleceu que fosse
207 instituído um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, e ainda a Lei nº 9.433, de
208 1997, que, na proposição de um caráter nacional, fundamentara a gestão por bacia hidrográfica,
209 com características descentralizadoras e participativas. Ponderou que a gestão por bacia
210 hidrográfica envolveria diferentes estados, municípios e até países, apontando para a necessidade
211 de uma gestão descentralizada e integrada, estando alinhado com o art. 34 da Lei nº 9.433, de
212 1997, que determinaria a composição do CNRH por representantes dos Ministérios e Secretarias
213 da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou nos usos de recursos hídricos, por
214 representantes dos CERHs, dos usuários dos recursos hídricos e das organizações civis de
215 recursos hídricos e ainda, o limite do número de representantes do Governo Federal. Pelo fato,
216 indicou a surpresa causada junto ao segmento da indústria pela publicação da Portaria nº 35, de

2006, sem a indicação de representantes dos CERHs, o que proporcionaria um número de representantes do Governo Federal superior ao limite estabelecido na Lei nº 9.433, de 1997. Concordeu que o Decreto nº 4.613, de 2003, estaria de acordo com a Lei nº 9.433, de 1997, o que não ocorreria com a Portaria, em desacordo com ambos os documentos jurídicos. Leu então o art. 84 da CF-1988: “Compete privativamente ao Presidente da República: dar provimento aos cargos; nomear os agentes públicos...”; comentou que esta seria uma das poucas competências que o Presidente da República poderia delegar, fato este alinhado com o § 5º, art. 2º, do Decreto nº 4.613, de 2003: “os representantes que tratam os incisos V (CERHs), VI (usuários) e VII (sociedade civil) do caput desse artigo serão designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e terão mandato de três anos;”. Pelo fato, indicou que a delegação que o Presidente da República teria dado ao Presidente do CNRH fora para designar os membros expressos nesse parágrafo mas que, contudo, a Portaria nº 35/2006 contrariava essa designação explícita no Decreto nº 4.613, de 2003, e ainda, que a Portaria nº 35, de 2006, contrariava o Decreto em questão por ser um ato inferior no âmbito da pirâmide jurídica. Concluindo, demonstrou sua preocupação quanto ao enfraquecimento do SINGREH, devido a evasão dos CERHs, haja vista a formação das bacias de rios de domínio da União por rios de domínio dos Estados, necessitando assim de uma gestão integrada e participativa. Finalizou apontando que a atual composição do CNRH estaria desrespeitando a Lei nº 9.433, de 1997, não permitindo a apreciação de matérias. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) disse que não haveria dúvidas quanto a importância dos CERHs, mas que esse assunto já seria matéria vencida nesta Reunião devido aos esclarecimentos apresentados no seu início. Agradeceu a preocupação trazida pela Conselheira. Retomada a discussão do Item 2.1, o conselheiro Oscar Cordeiro Netto (MMA/ANA) destacou o processo de acompanhamento que a ANA implementara para os contratos de gestão, a partir de uma comissão de avaliação, formada por representantes da ANA, da SRH/MMA e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que atuaria verificando o andamento, a legalidade e a execução desses contratos. Informou também que, por sua vez, a AGEVAP e o contrato de gestão seriam avaliados pelo CEIVAP, diretamente pelo seu Conselho de Administração. Esclareceu que os CERHs, apesar de não representados nesta reunião, teriam se manifestado nas reuniões do CEIVAP, pela sua própria condição de membros. Passou então a palavra à Sra. Maria Aparecida Vargas, Secretária Executiva do CEIVAP, que cumprimentou a todos e disse que estaria apresentando a voz do Comitê, sendo este assunto objeto de um pleito do CEIVAP que fora encaminhado ao CNRH após sua aprovação, ocorrida em fevereiro de 2006. Ressaltou que a AGEVAP estaria sendo ininterruptamente acompanhada pelo Conselho de Administração da AGEVAP e pelo próprio CEIVAP. Referendou a posição do CEIVAP no entendimento da prorrogação do contrato de gestão com a entidade delegatária em questão, considerando a percepção da evolução dos trabalhos, colocando na prática o planejamento do Comitê, se comportando assim como uma agência de bacia. Aproveitou a oportunidade para solicitar o apoio dos conselheiros quanto à continuidade das atividades da AGEVAP como entidade delegatária por mais 10 anos e, para ratificar a importância dos repasses dos recursos que atualmente estariam impedidos, lembrou da dificuldade peculiar do ano de 2006 devido às eleições e aos indicadores de avaliação do contrato. O Conselheiro Mauro Viegas (Indústrias) comentou que essa seria uma resolução de pleito do CEIVAP. Também atestou que a avaliação da AGEVAP e do contrato seriam ininterruptas no âmbito do CEIVAP, sendo esse um posicionamento do Comitê desejando a continuidade da experiência por mais 10 anos. A Conselheira Ninon Machado (ONG), como membro também do CEIVAP e da AGEVAP, solicitou ao Plenário a aprovação da matéria, por ter sido exaustivamente discutida no contexto do CEIVAP, desde suas Câmaras Técnicas até o Plenário. Parabenizou o desempenho de toda a Diretoria da AGEVAP. Comentou sobre a participação dos CERHs no SINGREH, como entes essenciais, ao funcionamento do CNRH. Enfatizou a imperiosa necessidade de ser a Presidência da República informada de que, a partir decisão deste Conselho de Estado, cabe ao Presidente da República atender e expedir o ato que é de sua exclusiva competência (Decreto), e que a Presidência da República deveria ser alertada e por outro lado identificados os agentes públicos, (nome, CPF, carteira de identidade) que estariam obstando o aperfeiçoamento do processo, como solicitado pela Moção CNRH nº 36/2006. Por outro lado o CNRH aguardaria, do Sr Presidente

271 da República, a justificativa pela qual não publicou o decreto de sua ampliação. Em seguida,
272 citou o seguinte trecho do livro “Mosca Azul - Reflexão sobre o Poder”, Frei Beto, Editora
273 Rocco, 2006, pág. 177: *"O Estado moderno padece de estrutural esquizofrenia. Ninguém sabe*
274 *precisar com exatidão a linha de fronteira entre governo e Estado, embora a diferença entre um*
275 *e outro conste em qualquer manual de política. Na prática, o governo coloca-se acima do*
276 *Estado, pelo simples fato de encarná-lo e representá-lo. E todo governo empenha-se em cooptar*
277 *o Estado, reduzir ao máximo a distância entre ambos e, se possível, inverter a polaridade: fazer*
278 *com que o Estado se encaixe dentro do governo"*. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA),
279 esclareceu ao plenário que o CNRH poderia se manifestar de duas formas, moção ou resolução,
280 sendo a moção uma forma de recomendação. Lembrou que a Moção CNRH nº 36, de 2006, fora
281 encaminhada no mês de abril pp, um prazo inexpressivo quando comparado ao processo de
282 ampliação anterior, cuja Moção de recomendação fora enviada no ano de 2000 e a conseqüente
283 publicação do Decreto, em 2003, época esta coincidente com o início desse Governo. Foi então
284 cedida a palavra ao Conselheiro Dalto Brochi (Consórcios), que declarou seu apoio irrestrito à
285 proposta de Resolução em questão. Enfatizou a importância das soluções adotadas no âmbito da
286 AGEVAP para o Comitê PCJ, sendo que a competência e a responsabilidade demonstradas
287 nesses dois anos seriam o aval para a prorrogação do contrato de gestão por 10 anos. O Sr. João
288 Clímaco (ONG) expôs sua satisfação e honra de inaugurar a sua participação nesse CNRH,
289 representando o segmento sociedade civil, indicando que viria acompanhando a implantação do
290 SINGREH nesses últimos 5 anos através do FONASC. Pediu a compreensão dos Conselheiros
291 nessa questão específica por considerar não ter tido informações suficientes que permitissem
292 atender ao pedido emocionado dos conselheiros que o teriam antecedido; assim recomendou que
293 o plenário não aprovasse a proposta de resolução em questão até que fossem consultados os seus
294 companheiros do vale do rio Paraíba do Sul. Comentou que o vale do rio Paraíba do Sul seria
295 uma bacia de expressivas contribuições para a implantação do SINGREH mas que, contudo,
296 insistia no seu pedido, o que permitiria uma melhor investigação da situação. Pediu desculpas
297 por estar se contrapondo a algum censo comum, mas que sua atitude seria de grande valia para a
298 construção de uma rica experiência. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) esclareceu ao
299 Conselheiro que a única forma da matéria sair de pauta seria a partir de um pedido de vista,
300 argüindo-o neste sentido em seguida, o que foi confirmado pelo Conselheiro João Clímaco
301 (ONG). A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) colocou-se à disposição para dirimir
302 qualquer dúvida quanto à matéria. O Sr. João Clímaco (ONGs) afirmou ter recebido telefonema
303 dos companheiros do vale do rio Paraíba do Sul com indicações para essa sua iniciativa. Dito
304 isso, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) interrompeu a discussão sobre o assunto e colocou o
305 pedido de vista em discussão. O Conselheiro Oscar Cordeiro Netto (MMA/ANA) concordou
306 com a possibilidade legal do pedido de vista, mas destacou que diante do aspecto de
307 racionalidade e moderação, considerando o vulto do repasse dos recursos da cobrança e a
308 manifestação de todos os usuários da bacia atestando o processo, o pedido de vista estaria
309 inapropriado. Esclareceu ao Conselheiro João Clímaco (ONGs) que o material solicitado fora
310 enviado quando da convocação desta reunião, tempo suficiente para pesquisa e consulta prévia.
311 Nesse momento, o Conselheiro Oscar Cordeiro Netto (MMA/ANA) compartilhou a palavra com
312 a Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP), que confirmou a presença de representantes da
313 sociedade civil no debate e encaminhamento dessa questão pelo CEIVAP, causando
314 estranhamento os citados telefonemas, considerando a ausência de manifestações contrárias
315 quando da discussão do tema no âmbito do CEIVAP. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)
316 advertiu que o pedido de vista seria mais que um voto contrário, por representar um adiamento
317 do repasse de recursos para as ações do CEIVAP. O Sr. João Clímaco (ONGs) esclareceu que o
318 seu posicionamento estaria sendo tomado de maneira muito responsável, a partir de um debate
319 político ideológico sobre a concepção de formulação de um sistema mais democrático, atuante e
320 eficiente. Por fim, solicitou a compreensão de todos para as justificativas de seu pedido de vista e
321 complementou dizendo que o interesse não seria de prejudicar nem atrapalhar o andamento do
322 processo, mas sim contribuir com capital intelectual, científico e social. O Conselheiro Julio
323 Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse respeitar a posição apresentada pelo Conselheiro João
324 Clímaco (ONGs), mas insistiu na solicitação de retirada do pedido de vista. Esclareceu que todos

os relatórios de atividades da AGEVAP estariam disponíveis pela *internet*, lembrando da existência de dispositivos no contrato de gestão que assegurariam a boa administração por parte da AGEVAP. Finalizou ratificando sua solicitação baseada na conseqüente impossibilidade do repasse de recursos ao CEIVAP. O Conselheiro João Clímaco (ONGs), em atendimento às solicitações apresentadas, retirou então o pedido de vista apresentado, sob a condição de que as informações solicitadas fossem disponibilizadas, posteriormente, para os conselheiros do CNRH. Retomada a discussão da matéria, a Conselheira Anna Virginia Machado (Org. técnicas de ensino e pesquisa) mencionou que instituição por ela representada, a ABES, teria atuação no CEIVAP, através da ABES/RJ, e que, portanto, indicava que a expectativa na bacia seria quanto à prorrogação do prazo do contrato de gestão, o que valorizaria o exercício do empoderamento de diversos atores sociais permitido através da AGEVAP, que estaria crescendo e aprendendo com essas experiências. Pelo fato, solicitou a aprovação da matéria. O Conselheiro Jairo Lousa (Irrigantes) externou seu aborrecimento quanto a ausência dos CERHs, expondo que por isso não concordava com a legalidade da reunião, mas solicitou que o assunto fosse para o voto. Complementou seu pensamento comentando que a ANA e as pessoas favoráveis a prorrogação teriam perdido a oportunidade de mostrar os aspectos positivos obtidos a partir do contrato de gestão, o que ampliaria a credibilidade no Sistema. Ponderou sobre a dificuldade do instrumento cobrança ser compreendido e internalizado, principalmente para o setor agrícola. Questionou a prorrogação do contrato de gestão por 10 anos, por considerar um prazo muito longo. Justificou antecipadamente a sua abstenção de voto, por não acreditar na cobrança e por não ter visto os resultados. Findos os debates, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), submeteu a proposta de Resolução à deliberação do Plenário, ocorrendo a sua aprovação na forma apresentada, com dois votos contrários e três abstenções. A Conselheira Patrícia Boson (Indústrias) solicitou a palavra para declaração de voto, esclarecendo seu voto contrário por não acreditar na legalidade da reunião, mas que concordava com o mérito da proposta. Em seqüência, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) formalizou a posse dos seguintes conselheiros: Ministério do Desenvolvimento Agrário: titular, Márcio Hirata; Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: titular, Flávio Antônio Neiva; Ministério do Meio Ambiente: titular, Júlio César de Sá da Rocha; Indústrias: titular, Patrícia Helena Gambogi Boson; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: suplente, Demetrio Florentino de Toledo Filho; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: suplente, Sérgio Ferreira de Figueiredo; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: suplente, Maria das Graças Batista de Carvalho; e, Ministério de Minas e Energia: titular, Miguel Antônio Cedraz Nery. Convidou então o Conselheiro Oscar Cordeiro Netto (MMA/ANA) para encaminhamento do **Item 2.2 – Proposta de Resolução que dispõe sobre a manutenção dos mecanismos atuais de cobrança pelo uso das águas na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (Anexo 3)**. O Conselheiro convidou a Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) para a defesa da matéria. A Sra. Maria Aparecida (CEIVAP) apresentou os programas (**Anexo 4**) que teriam recebido os recursos da cobrança repassados pela ANA desde 2003, sendo o maior percentual aplicado em projetos de saneamento, num valor aproximado de 8 milhões, de um total de 12,5, em 2005. Destacou os programas de gestão e planejamento que também estariam comprometidos com os valores advindos da cobrança, além da construção de oito projetos de estações de tratamento de esgotos, com destaque para as cidades de Jacareí (RJ) e Muriaé (MG). Justificou a prorrogação dos mecanismos atuais da cobrança a partir das solicitações apresentadas pelas prefeituras da bacia quanto à sincronização do orçamento anual com o exercício fiscal, sendo necessário para tanto que os mecanismos atuais fossem prorrogados até dezembro de 2006. Informou que o CEIVAP se comprometia em apresentar os novos mecanismos de cobrança ao CNRH até agosto de 2006, para serem aplicados a partir de janeiro de 2007. Abertos os debates, o Conselheiro José Machado (MMA/ANA) disse ser prudente o apoio ao pleito diante da expectativa que o CEIVAP possuía em relação a este ano de 2006. Sobre a divergência apresentada pelo Conselheiro Jairo Lousa (Irrigantes), argumentou que o instrumento da cobrança não representaria nada sozinho, mas que, entretanto, quando integrado aos demais, ocasionaria o sucesso que estava sendo observado com a aplicação de 100% dos recursos da cobrança na bacia do Paraíba do Sul, principalmente em tratamento de esgotos. Disse acreditar que esse fosse um processo virtuoso,

379 de longo prazo, para a construção compartilhada. Explicou que a deliberação quanto ao valor a
380 ser cobrado seria decisão dos usuários participantes do Comitê, na sequência pactuado pelo
381 CNRH, constituindo-se assim em um processo educativo de fixação pela sociedade de que a
382 água seria dotada de valor econômico, escassa e, portanto, necessitando de gerenciamento
383 racional. Ponderou que todos deveriam ter uma visão generosa do processo de implementação da
384 cobrança, haja visto o reduzido tempo de existência do SINGREH, inferior a 10 anos, além da
385 própria ANA, com 5 anos de existência, o que justificaria as experiências da bacia do rio Paraíba
386 do Sul, dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e, em breve, nos rios Doce e São Francisco Disse
387 entender que, até o presente momento, a cobrança viria sendo um instrumento muito eficiente,
388 pelo caráter educativo, indutivo, provocador de noção da precisão de melhoria da própria gestão
389 do seu sistema produtivo, do combate ao desperdício. Disse ainda que os usuários seriam peças
390 chaves desse processo, sendo estes os protagonistas que precisariam apresentar suas posições de
391 uma forma pró-ativa, dando um crédito de confiança ao sistema. Mencionou que o CEIVAP
392 estaria realizando uma avaliação de todas as ações e a eficiência dos instrumentos de gestão
393 quanto à mudança no comportamento dos usuários e a adesão dos municípios. Ratificou o
394 compromisso do CEIVAP com a discussão da metodologia de cobrança em tempo hábil,
395 internalizando a sugestão da coincidência orçamentária sugerida pelos municípios. Concluindo,
396 pediu aos conselheiros que ratificassem o pedido do CEIVAP para a prorrogação da
397 metodologia. O Conselheiro Francisco Lobato (Org. técnicas de ensino e pesquisa) comentou
398 que os esforços para a construção do SINGREH deveriam ter como pilar fundamental o
399 princípio da subsidiariedade. Pelo fato, questionou como seria o trabalho do CNRH quando da
400 atuação substantiva de 30 comitês de bacia, por acreditar que caberia ao CNRH apoiar e apenas
401 regular em seu caminho geral a atuação dos comitês, respeitado assim o princípio da
402 subsidiariedade, que definiria que as decisões deveriam ser tomadas pelas instâncias mais
403 próximas da comunidade. Sendo este, em seu entendimento, um caso específico a ser pautado
404 somente no âmbito do comitê, prosseguiu, deveria ser então observado se o fato concorreria para
405 a construção do SINGREH, se haveria algum desvio de regra pelo CEIVAP. Após essas
406 ponderações, solicitou a aprovação da matéria para que a gestão no Paraíba do Sul continuasse a
407 ser construída. A Conselheira Laura Costa (ONGs) cumprimentou a todos e registrou sua
408 participação nos Conselhos Estaduais do Paraná, tanto de meio ambiente quanto de recursos
409 hídricos, além dos comitês da bacia do Alto Iguaçu e afluentes do Alto Ribeira, além do Baixo
410 Ribeira, em São Paulo. Apresentou sua preocupação quanto ao mecanismo de cobrança da bacia
411 do rio Paraíba do Sul, por ser uma experiência recente no país, chamando a atenção para três
412 aspectos: quanto a escassez de água: necessidade de ser combatido o desperdício, principalmente
413 pelo reflexo do uso e ocupação do solo; quanto a questão da água ser pensada somente no rio:
414 necessidade de ser pensada no complexo todo, imaginando assim os responsáveis-pagadores pela
415 destruição das nascentes, mecanismo que poderia, por exemplo, ser aplicados para os plantios de
416 pinus e eucaliptos, garantindo o aumento de volume de água; quanto à implantação do PNRH:
417 necessidade de considerar o zoneamento de uso de solo em todo País. Não havendo mais
418 manifestações, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) submeteu a proposta de Resolução à
419 deliberação do Plenário, ocorrendo a sua aprovação conforme apresentada, com três abstenções
420 de voto. Na sequência, convidou o Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente
421 da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para o encaminhamento do **Item**
422 **2.3 – Proposta de Resolução que aprova o Programa de Trabalho e respectiva proposta**
423 **orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH, para o exercício de 2007 (Anexo 5)**. O
424 Conselheiro iniciou mencionando o caráter obrigatório da matéria, conforme preconizado pela
425 Lei nº 9.433, de 1997, “elaborar seu programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária
426 anual e submete-los à aprovação do CNRH”. Apresentou o orçamento para as atividades do
427 CNRH no ano de 2007, estando o valor em concordância com o previsto no PPA. Informou que
428 essa proposta seria encaminhada às esferas superiores e por fim ao Congresso para a aprovação
429 da Lei Orçamentária, sendo este valor defendido pela SRH/MMA até as instâncias possíveis.
430 Não havendo manifestações, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) submeteu a proposta de
431 Resolução à deliberação do Plenário, ocorrendo a sua aprovação na forma apresentada, com uma
432 abstenção de voto. Passou então ao **Item 3 – Deliberação sobre proposta de Moção que**

433 ***recomenda a identificação das bacias hidrográficas nas placas rodoviárias indicativas de***
434 ***ursos de água (Anexo 6).*** Para o encaminhamento dessa matéria, o Sr. João Bosco Senra
435 (SRH/MMA) passou a palavra ao Conselheiro Sanderson Leitão (MCT), Presidente da Câmara
436 Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos -
437 CTEM, que informou que a matéria fora analisada na CTEM, assim como nos aspectos
438 referentes à CTIL, e que recomendava a identificação das bacias hidrográficas nas placas
439 rodoviárias indicativas de cursos de água. Justificou sua importância citando um dos
440 considerandos existentes na proposta de Moção – “Considerando a importância de se difundir a
441 cultura e o conhecimento da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para a gestão das
442 águas” e complementou dizendo que pelo parco conhecimento do que seria uma bacia
443 hidrográfica, a proposta seria uma maneira de difusão, levando conhecimento aos cidadãos.
444 Disse também do entendimento prévio mantido junto aos Ministérios da Cidade e dos
445 Transportes, nos aspectos referentes à reposição de placas e na melhor maneira de consecução da
446 proposta. Comentou que a ação proposta não seria novidade, já existindo placas com essas
447 informações em algumas localidades do Estado do Rio de Janeiro e também no Distrito Federal.
448 O Conselheiro José Leitão (MEC) reiterou a importância da difusão da informação e solicitou
449 que fosse revista a proposta de Moção para a inserção da expressão “em todo o território
450 nacional”, o que foi acatado por todos os presentes. Não havendo novas manifestações, o Sr.
451 João Bosco Senra (SRH/MMA) submeteu a proposta de Resolução à deliberação do Plenário,
452 ocorrendo a sua aprovação por unanimidade. Solicitou que a Secretaria Executiva do CNRH
453 providenciasse a adaptação sugerida pelo Conselheiro José Leitão (MEC) (**Anexo 7**). Dando
454 prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) convidou o Prof. Luiz Renato D’agostini,
455 da Universidade Federal de Santa Catarina, para que proferisse a palestra ***Item 4 – Indicador de***
456 ***Qualidade dos Usos de Água – IQUA*** (**Anexo 8**). Agradeceu ao Conselheiro José Leitão
457 (MEC) pela sugestão da apresentação e pelas providências para a presença do palestrante. O
458 Prof. D’agostini iniciou explicando que o IQUA seria um instrumento pedagógico e um índice de
459 desempenho humano no uso de água. Em outras palavras, disse, o IQUA seria uma “nota”
460 atribuída a seres humanos pela qualidade de seus procedimentos no uso de água em processos
461 reconhecidos como legítimos, através de um algoritmo que calcularia notas de 0 a 10. Falou que
462 o índice seria obtido pelo monitoramento de dois tipos de informações: quantidade e qualidade
463 de água (características bio-físico-químicas) e essas informações seriam medidas em diversas
464 passagens de água direta ou indiretamente afetada no uso: na fonte, na entrada do sistema de seu
465 uso, na sua saída e no curso de destino do efluente e que os regimes dos valores de vazão e
466 qualidade permitiriam obter outro tipo de informação necessária à obtenção do IQUA, como o
467 grau de regularidade na quantidade e na qualidade da água na entrada e na saída do sistema.
468 Informou que uma empresa fabricante adequara alguns sensores para a coleta dos dados
469 importantes para o IQUA, de forma que a sua obtenção pudesse ocorrer remotamente.
470 Apresentou então o *software* que calcula o IQUA, que funcionaria pelo fornecimento da
471 qualidade, da vazão e característica relevantes da água. Apresentou o mesmo programa na forma
472 de planilha eletrônica, onde o programa estaria fundamentado. Disse que os programas, nas
473 formas apresentadas, permitiriam a simulação de cenários, visualizando assim o custo ambiental,
474 podendo inclusive ser aplicados em pequenas bacias hidrográficas. Mencionou que o IQUA
475 estaria fundamentado em um princípio da física que se baseia na impossibilidade de
476 transformação integral de uma quantidade de energia em produto útil, ou seja, uma fração dessa
477 energia seria sempre dissipada, sendo essa fração proporcional a qualidade do processo e, na
478 construção do indicador, considerada como o custo ambiental, que teria influência na definição
479 do IQUA. Ressaltou que o IQUA avaliaria a qualidade das ações e não a qualidade da água e que
480 poderia ser útil como instrumento de educação e de mobilização comunitária principalmente por
481 duas razões: seria uma informação simples e objetiva (uma nota); essa informação carregaria
482 uma mensagem de significado socialmente relevante, uma medida do desempenho ambiental no
483 uso de água por seres conscientes. Concluindo, indicou que essas características fariam do IQUA
484 um instrumento potencialmente útil na implementação de políticas de gestão de recursos
485 hídricos, especialmente para definir preços justos na cobrança pelo uso de água. A pedido do
486 Conselheiro José Leitão (MEC), o Prof. D’agostini concluiu sua palestra comentando sobre o

487 Projeto Selo Azul, que auferiria uma diferenciação quanto ao bom uso da água, idéia semelhante
488 ao selo verde da Europa. O Professor agradeceu então a atenção de todos e colocou-se a
489 disposição para uma apresentação mais detalhada do *software* após a reunião. O Sr. João Bosco
490 Senra (SRH/MMA) agradeceu a apresentação e registrou que ela já fora proferida na CTEM.
491 Pela impossibilidade da presença do palestrante seguinte, suspendeu então a apresentação
492 prevista a seguir. Passando aos **Informes**, a Conselheira Ninon Machado (ONG) apresentou
493 proposta de Moção a ser encaminhada ao Presidente da República, mostrando o empenho desse
494 CNRH quanto à alteração de sua composição. Leu a proposta de Moção, assinada por quinze
495 Conselheiros (**Anexo 9**). Na seqüência, lembrou que um servidor público teria 30 dias para a
496 resposta sobre documentação recebida e esse plenário mereceria uma resposta/informação vinda
497 da Presidência da República. Ratificou a pertinência do documento e solicitou o seu
498 encaminhamento, considerando a assinatura por 15 Conselheiros, conforme determinado pelo §
499 2º, art. 14, do Regimento Interno do CNRH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) esclareceu
500 que regimentalmente uma proposta de Moção com requerimento de urgência deveria ter sido
501 apresentada no início da reunião, conforme preconizado pelo art. 10 do Regimento Interno.
502 Portanto, propôs o encaminhamento do tema à CTIL para análise e possível retorno a esse
503 plenário. Ainda com a palavra, a Sra. Ninon Machado (ONG) informou sobre a Rede Mundial de
504 Capacitação - Cap-Net Brasil, apoiada pelo PNUD, que atuaria promovendo a capacitação em
505 gestão integrada de recursos hídricos nos países de língua portuguesa. Divulgou que no seu
506 âmbito seria realizada uma Oficina de capacitação de multiplicadores tendo em vista a gestão
507 integrada e com enfoque nos planos nacionais. Foi então cedida a palavra para a Sra. Maria
508 Aparecida Vargas (CEIVAP) que mencionou duas moções aprovadas pelo CEIVAP, em 18 de
509 abril pp, que teriam sido encaminhadas à Secretaria Executiva do CNRH, dispondo: “sobre
510 alterações na composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, conforme solicitação do
511 próprio CNRH” e “sobre a representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos dos
512 membros dos comitês de bacias hidrográfica de rios de domínio da União”, ambas com caráter
513 indutor para uma revisão no processo. Finalizando, mencionou que o CEIVAP estaria
514 completando 10 anos em junho deste ano, assim convidou a todos para as comemorações. A
515 Conselheira Ingrid Müller (Org. técnicas e de ensino e pesquisa) anunciou o 1º Simpósio de
516 Recursos Hídricos do Sul-Sudeste, um evento da ABRH a realizar-se em Curitiba no período de
517 27 à 29 de agosto deste ano. O Conselheiro José Leitão (MEC) mencionou a reunião de
518 instalação do GT de Comunicação Ambiental, criado por Portaria da Ministra Marina Silva, mas
519 que não contara com espaço para o CNRH. Informou que, como primeira proposta no Âmbito do
520 GT, apresentada na sua reunião inaugural, sugeriu-se a revisão da composição com a inserção de
521 representante do CNRH/CTEM. Para ratificar esse encaminhamento, solicitou que fosse
522 elaborada proposta de Moção no âmbito da CTEM indicando essa necessidade. Complementou
523 seu informe dizendo que o GT estaria sendo coordenado por representante do Programa de
524 Educação Ambiental do MMA. O Conselheiro Júlio Rocha (MMA/IBAMA) referiu-se a evento
525 ocorrido em Ilhéus, no último dia 27 de maio, que ressaltou a diminuição da taxa de
526 desmatamento da Mata Atlântica. Aproveitou para lembrar da importância da Semana do Meio
527 Ambiente, onde as águas também estariam inseridas. A Conselheira Anna Virgínia Machado
528 (Org. técnicas de ensino e pesquisa) informou sobre o 8º Simpósio Ítalo-brasileiro de Engenharia
529 Sanitária, que ocorrerá em Fortaleza no período de 17 a 22 de setembro de 2006, onde os
530 organizadores, ABES e ABRH, pretendiam realizar uma mesa redonda sobre o Plano Nacional
531 de Recursos Hídricos, visando inclusive a sua visibilidade. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)
532 informou sobre o processo de devolução do Plano Nacional de Recursos Hídricos que estaria se
533 desenvolvendo até o dia 30 de junho de 2006 em todas as Unidades da Federação. Comentou
534 sobre a programação da Semana do Meio Ambiente, iniciando com o VIII Festival Internacional
535 de Cinema e Vídeo Ambiental - FICA, que seria realizado na Cidade de Goiás -GO, no período
536 de 6 a 10 de junho, quando a SRH/MMA estaria participando com uma exposição de fotografias
537 sobre as águas do Brasil, um encontro público para a apresentação do Plano Nacional de
538 Recursos Hídricos e um curso de capacitação para jornalistas. Também informou sobre a 8ª
539 Cúpula de Informação sobre Água, que seria realizada em Brasília, de 5 à 7 junho próximos.
540 Quanto aos desdobramentos do Plano Nacional de Recursos Hídricos, informou sobre a

541 realização de uma mesa redonda sobre Planos de Recursos Hídricos no Fórum Mundial da Água,
542 no México, onde o Plano brasileiro fora muito bem recebido, ainda mais considerando que
543 poucos países teriam atendido às metas do milênio, com a conclusão de seus Planos de Recursos
544 Hídricos. Disse que alguns convites para a apresentação da metodologia de construção do PNRH
545 estariam surgindo, como dos Estados Unidos e do Parlamento Europeu. Acenou que o Ministério
546 do Planejamento, Orçamento e Gestão, em suas ações referentes ao PPA, estaria utilizando a
547 base da divisão das regiões hidrográficas brasileiras, o que auxiliaria na implementação do uso
548 dessa unidade territorial, demonstrando um processo de integração. Citou ainda a Corregedoria
549 Geral da União e o Tribunal de Contas da União que estariam solicitando conhecer o Plano, com
550 a pretensão de contribuir na sua implementação. A Conselheira Laura Costa (ONG) solicitou
551 registro da aprovação de moção de repúdio a construção da UHE de Tijuco Alto, no rio Ribeira
552 (PR/SP), durante o Congresso Nacional da CUT (28 à 30 de abril) e solicitou apoio de todos os
553 conselheiros para a aprovação dessa moção. Adicionou que durante o encontro da Rede de
554 ONGs da Mata Atlântica, ocorrido em Ilhéus-BA, no mês de maio pp, também teria ocorrido a
555 aprovação dessa deliberação. O Conselheiro Dalto Brochi (Consórcios) comentou sobre a
556 implementação da cobrança no âmbito do Comitê PCJ e informou que o valor já retornado para
557 bacia, referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março, fora de R\$ 2,5 milhões, com previsão
558 de um total anual de R\$ 10,5 milhões, a serem aplicados em 18 projetos, através de convênio
559 firmado com a Caixa Econômica Federal para o repasse. O Conselheiro João Clímaco (ONG)
560 informou sobre o Fórum Nacional da Sociedade Civil, que acontecerá nos dias 29, 30 e 31 de
561 agosto, em Brasília. **Encerramento.** Encerradas as manifestações, o Sr. João Bosco Senra
562 (SRH/MMA) agradeceu a participação de todos, deu por encerrada a XV Reunião Ordinária do
563 Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH,
564 a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina
565 Silva, presidente do CNRH.

566 Ata aprovada na 19ª Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 24 de agosto de 2006.

567

568

569

570

Marina Silva
Presidente

João Bosco Senra
Secretário Executivo